

## **PRÁTICAS E CONTROLE DA CORRUPÇÃO NO PROCESSO DE ANÁLISE E CONCESSÃO DE CRÉDITO: UMA PROPOSTA DE BASE DE DADOS PARA SISTEMA DE APOIO À DECISÃO (SAD)**

**Nelson Ferreira Filho (Faculdades Kennedy) E-mail: nelsonferreira22@gmail.com**

**Lucas Cristiano Ferreira Alves (Faculdades Kennedy) E-mail: alves@globo.com**

### **Resumo**

Corrupção é fenômeno político, social e econômico que afeta todos os países do mundo, prejudica o desenvolvimento econômico e contribui para a instabilidade política. Nas últimas décadas, o assunto corrupção tem se tornado constante nas mídias nacional e internacional, com escândalos envolvendo políticos, servidores públicos e instituições privadas. No setor financeiro, a corrupção ganha dimensões pelo numerário em circulação e as facilidades às práticas de desvios de conduta. O objetivo desse artigo é analisar o processo de concessão de crédito em instituições financeiras brasileiras que, em geral, sofrem grandes prejuízos decorrentes da corrupção, visando desenvolver uma base de dados capaz de oferecer, aos profissionais da área bancária, o diagnóstico de possíveis fatos envolvendo desvio de conduta e práticas corruptas. Por meio da realização de entrevistas semiestruturadas com funcionários de uma grande instituição financeira e, posteriormente, por meio da análise temática e de conteúdo, foi realizado levantamento das principais práticas corruptas no processo de análise e concessão de crédito bancário e os mecanismos de controle utilizados para mitigar o risco de corrupção nesse processo de concessão de crédito.

**Palavras-chave:** Práticas corruptas. Controle. Concessão crédito.

### **1. Introdução**

Segundo Gambetta (2002), a corrupção é como um parasita nas organizações, corrompendo-as. No setor financeiro, registram-se grandes montantes de recursos desviados advindos de práticas corruptas. Em decorrência dos expressivos valores financeiros extraviados no sistema financeiro, torna-se imperativo o desenvolvimento de mecanismos de controle e prevenção à corrupção nestas instituições (COSTA, 2011).

Corrupção, numa definição mais ampla, caracteriza desvios de conduta e comportamentos contraproduativos que abalam uma relação de confiança (COSTA, 2011). Nas últimas décadas, o assunto “corrupção” tem se tornado constante nos meios de comunicação. Escândalos envolvendo políticos, servidores públicos e instituições privadas são frequentes, tanto na mídia nacional, como na internacional. Nas instituições financeiras, a corrupção causa enormes prejuízos financeiros, abalos em sua imagem, além de outros danos, de caráter subjetivo, incluídos nas relações de confiança nela travadas.

No sistema financeiro, devido aos altos valores envolvidos e à facilidade de comportamentos que impliquem desvio de conduta, torna-se imperativa a adoção de mecanismos de prevenção e combate à corrupção. A escolha de estudar a corrupção no setor bancário deve-se a importância do setor na economia global e, em paralelo, fortalecer as motivações para a relevância de se tratar do tema, embora a literatura existente sobre corrupção e sistemas de controle se concentre no âmbito da administração pública, sendo ainda poucos os estudos e pesquisas no setor privado (PARDINI *et al.*, 2011). Assim, buscou-se responder à seguinte questão de pesquisa: *Quais os atributos necessários para a estruturação de uma base de dados para identificar práticas corruptas e mecanismos de controle da corrupção no processo de concessão de crédito bancário?*

Com a realização desta pesquisa pretende-se expandir o conhecimento sobre os aspectos gerenciais e de controle da corrupção no processo de concessão de crédito bancário.

## **2. Referencial teórico**

### **2.1. Corrupção**

As concepções de corrupção denotam várias perspectivas advindas da criminologia, dos valores e crenças predominantes na cultura das sociedades e de práticas e ações decorrentes de desvios de comportamento de atores sociais. Nessa direção, Martins (2008) define corrupção como um crime previsto no Código Penal brasileiro. Segundo esse autor, no dicionário, essa palavra também traz forte valor negativo. Pode-se dizer que se trata de uma quase categoria cultural, aplicável em diversos contextos semânticos. Além de ser um substantivo, a palavra corrupção tem uma carga adjetiva, já que qualifica estados e ações, associando-os a atitudes desprezíveis, torpes, degradantes, abjetas.

No Brasil, a figura do corrupto tem natureza contraditória. Lustosa (2008), descreve o corrupto no imaginário nacional como alguém que finge ser o que não é para tirar proveito daqueles a quem está iludindo. Maroto, enganador, mentiroso e farsante, ele pode tanto ser um tipo popular, como o malandro e o ladrão, ou um personagem da elite, como o político, o jornalista e o empresário importante. É uma figura que conquista a simpatia do público por sua situação social, em que os pequenos golpes – ou o chamado “jeitinho” – são vistos como estratégias de sobrevivência.

### **2.2. Mecanismos de combate à corrupção**

Segundo Costa (2011), o combate à corrupção requer estratégias eficientes tanto no que tange à prevenção, quanto em relação aos mecanismos de controle destinados a evitá-la. As ferramentas de controle são objetos de estudo há algum tempo. Os estudos apontam diversas formas de manter o alinhamento estratégico considerando os objetivos estratégicos das empresas, assim como intervir nos desvios de conduta ou de disciplina que corrompem a cultura e os preceitos da corporação.

Para Ramina (2002), a prevenção é o melhor meio de combater a corrupção, mesmo em termos de custo para a sociedade. A prevenção efetiva pode reduzir a extensão da ação penal. Na administração pública, assim como no setor privado, códigos de ética e integridade são de grande importância para se desenvolver um senso cívico de respeito pelas instituições e pelos direitos humanos.

Uma das tentativas de mitigar esses riscos da corrupção é a utilização de ferramentas de *compliance*, termo anglo-saxão originário do verbo *to comply*, cujo sentido é agir de acordo com uma regra, um pedido ou um comando. *Compliance* é o dever de cumprir, de estar em conformidade, de fazer cumprir regulamentos internos e externos impostos às atividades da organização (MORAIS, 2005). Constitui-se em um dos pilares da governança corporativa ao garantir a conformidade com normas, leis e políticas internas e externas à organização, ao mesmo tempo em que fortalece o ambiente ético por meio de controles internos e aumento da transparência (MANZI, 2008).

### **2.3. Os bancos e o sistema de crédito**

Os bancos, peças centrais do sistema financeiro nacional, operam com todos os tipos de intermediação financeira, que consiste em captar recursos por meio de depósitos e emprestá-los para outros clientes. (PIROLO 2003).

Pirollo (2003) destaca que os bancos fornecem crédito às pessoas físicas e jurídicas, pois acreditam que estas irão cumprir os compromissos, dentro do prazo determinado. Ressalta, também, que são necessários tempo e informação para se acreditar nos demandadores de crédito.

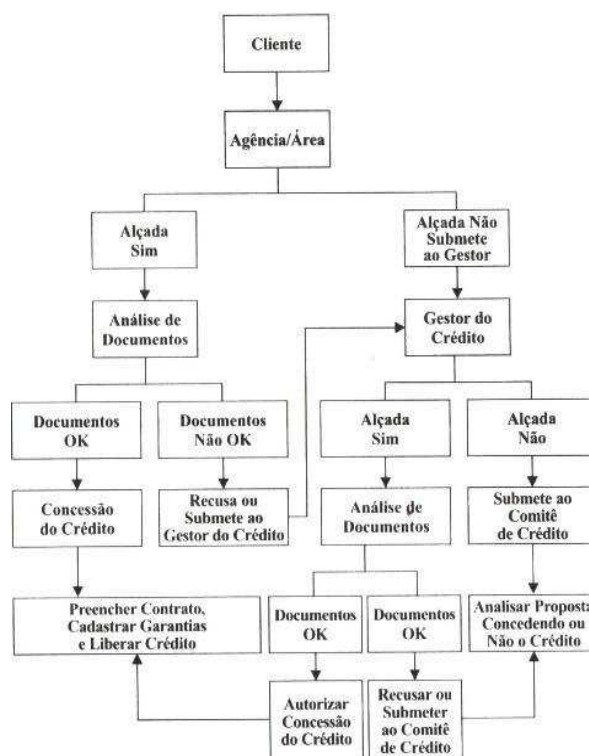
Ao fornecer capital aos agentes tomadores, estabelece-se o crédito financeiro. O crédito bancário é, então, um mecanismo facilitador da produção e do consumo que é concedido a empresas ou pessoas que impulsionam a economia com a geração de emprego e renda e que possibilita trocas de disponibilidade entre as partes, para que ambas tenham suas necessidades atendidas (PIROLO, 2003).

Todo crédito tem um grau de risco que deve ser levado em conta, muito em razão da finalidade do tomador e de sua capacidade em honrar a dívida a ser contraída. Para determinar o risco do crédito, Freitas (2014) propõe o uso do que descreve como os cinco C's do crédito: Caráter, Capacidade, Condições, Capital e Colateral.

Todo crédito tem um grau de risco, e perder dinheiro faz parte do negócio. O que jamais deve ocorrer é que a perda tenha ocorrido por informações que não foram devidamente ponderadas, embora previstas ou previsíveis (SCHRICKEL, 2000).

Para que isso não ocorra, é importante, durante o processo de avaliação de crédito, identificar as operações financeiramente viáveis, levando em consideração as características do cliente, sua situação no momento e os detalhes da operação. No caso da instituição financeira em estudo, as etapas de concessão de crédito bancário segue o seguinte fluxo: entrevistas, conferência dos documentos, consulta de restritivos, preenchimento da ficha cadastral, avaliação do risco do tomador e da operação e contratação. Existe a possibilidade de a aprovação do crédito ocorrer na alçada do gerente, por meio do envio de uma consulta ao departamento de crédito ou envio da consulta para o detentor de uma alçada superior, conforme se pode visualizar na FIG. 1, a seguir:

Figura 1 - Processo de Análise e Concessão de Crédito



Fonte: DELLOITTE. *Metodologia de auditoria contínua de crédito*. São Paulo: IBCB, 2006. p.108

Em especial neste estudo, a proposta é evidenciar e munir uma base de dados para a estruturação futura de um sistema de apoio à decisão, no que consiste a práticas corruptas em processos de concessão de crédito bancário.

#### **2.4. Sistemas de apoio à decisão - (sad)**

Sistema de Apoio à Decisão (SAD) é um sistema de informação computadorizado que combina modelos e dados em uma tentativa de resolver problemas semi-estruturados e não-estruturados com intenso envolvimento do usuário através da capacidade de fornecer respostas rápidas, podendo ser iniciado e controlado pelo responsável da tomada de decisões. Seu objetivo é melhorar a eficácia ou qualidade da decisão e eficiência do processo de tomada de decisão em nível de planejamento e gerência (NETO, 2000). O Sistema de Apoio à Decisão utiliza de modelos e dados de diversas fontes, além de se preocupar com o estilo do decisor, que se mostra importante pelo fato de que as formas de percepção dos dados e a formulação do conhecimento difere para cada pessoa, além de possuir possibilidades de simulação (PEROTTONI *et al.*, 2001).

De acordo com Perottoni *et al.* (2001), os Sistema de Apoio à Decisão (SAD) surgiram a partir da necessidade de se obter sistemas de informações (SI) que, ao apoiar a tomada de decisão, valorizasse essa qualidade. O autor afirma que, esses sistemas se classificam em *ad hoc*, quando desenvolvidos para uma situação única, e institucional, quando utilizados em circunstâncias que ocorrem periodicamente (PEROTTONI *et al.*, 2001).

### **3. Metodologia**

Com o objetivo de identificar as principais práticas corruptas no processo de análise e concessão de crédito no banco pesquisado, utilizou-se uma metodologia qualitativa. A complexidade das ações corruptas, além das dificuldades na apuração e mensuração dos dados, contribuíram para que a investigação tomasse, também, um rumo mais exploratório, motivo pelo qual o presente estudo se enquadra, também, em uma investigação exploratória. As pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias, com vistas à formulação de problemas mais precisos ou hipóteses para estudos posteriores (GIL, 1989).

Para identificar as principais práticas de corrupção no processo de análise e concessão de crédito bancário e os respectivos mecanismos de controle, foram entrevistados 15 profissionais, sendo 02 assistentes de gerentes; 03 gerentes de pessoa física; 03 gerentes de pessoa jurídica; 02 gerentes administrativos; 01 gerente geral; 02 gerentes regionais; 01 gerente executivo de negócios e 01 auditor. Nas entrevistas, procurou-se assegurar a diversidade das funções exercidas e dos setores em que atuam os entrevistados.

Na entrevista semi-estruturada foram explorados os significados de corrupção, as práticas corruptas presenciadas no processo de concessão de crédito bancário e os mecanismos de combate e prevenção utilizados ou não pela instituição financeira. Para analisar o material extraído das entrevistas, adotou-se a análise temática, uma das modalidades da análise de conteúdo largamente utilizada em pesquisas das ciências sociais e políticas (MINAYO 2000).

### **4. Análise dos resultados**

#### **4.1. Praticas corruptas**

As práticas corruptas na concessão do crédito, diz respeito aos tipos de práticas que podem ser utilizadas durante o processo de concessão do crédito bancário. Segundo os entrevistados, podem ocorrer de várias formas, ora beneficiando o corruptor gerente, ora o corruptor tomador do crédito e ora os dois.

Os tipos de práticas que favorecem ao gerente são exercidos em benefício próprio. Algumas delas decorrem da necessidade do gerente em alcançar as metas organizacionais e, nessas situações, a negociação da concessão do crédito está atrelada a aceitação, do tomador, de serviços bancários não desejados pelo mesmo. Dentro desse mesmo propósito, há ainda a utilização intencional de concessão de crédito a credores que gastam compulsivamente os recursos financeiros concedidos (alternativa para o alcance de metas de créditos concedidos).

O agravamento da prática corrupta ocorre na aprovação, pelo gerente, de valores que sobrepõe ao solicitado, no sentido do mesmo se apropriar, indevidamente, do saldo. Outra prática de igual teor é o uso de contas em aberto (inativas) de empresas que não movimentam mais recursos financeiros na agência. Um dos dispositivos praticados é aumentar o limite de crédito dessas contas e utilizá-los para fins pessoais diversos.

A tipologia de prática de corrupção abrange também situações em que ambos corruptores - gerentes e tomadores de crédito - são coniventes com os desvios de comportamento que os beneficiam. Em grande parte dos tipos de corrupção praticados por agentes externos e internos prevalece um relacionamento familiar ou afetivo entre os corruptores. A conivência se estende para ações ilícitas realizadas dentro do banco - “desconto de duplicatas e cheques fraudulentos” - e fora da instituição financeira - “capital de giro para finalidade ilícita”. Outro tipo de prática corrupta se associa aos interesses dos tomadores de crédito, envolvem técnicas fraudulentas de falsificação de documentos e omissão de informações no cadastro necessário para a liberação do recurso financeiro. Em algumas ocasiões, o recurso é usado para atender demandas de outrem (parentes e amigos).

A TAB. 1, a seguir, apresentam-se as recorrências encontradas nos depoimentos:

Tabela 1 - Frequência dos Núcleos de Sentido do Subtema “Tipos de práticas corruptas”

NÚCLEOS DE SENTIDO	FREQUÊNCIA	% SUBTEMA
Cadastros fraudulentos	4	20%
Desvio de recursos	2	10%
Concessão de crédito para empresas sem movimentação	1	5%
Desvio de conduta	1	5%
Desvio de finalidade	1	5%
Aprovação de crédito superior à necessidade do cliente para apropriação do excedente	1	5%
Desvio operacional	1	5%
Favorecimento	1	5%
Gerente levar vantagem	1	5%
Omissão de informações pelo gerente	1	5%
Operações fraudulentas	1	5%
Presentes para facilitar aprovação do crédito	1	5%
Propina	1	5%
Troca de favores	1	5%
Vantagens pessoais	1	5%
Venda casada	1	5%
<b>TOTAL</b>	<b>20</b>	<b>100%</b>

Fonte: Empresa bancária pesquisada.

De acordo com a frequência calculada nos depoimentos, o perfil mais recorrente, com 28,60% de indicações, são “pessoas físicas que necessitam pagar dívidas”. Os demais tomadores de

crédito e os respectivos propósitos para procurarem o crédito aparecem com o mesmo percentual, 14, 28% das citações.

#### 4.2. Práticas de maior recorrência

As práticas corruptas mais recorrentes percebidas pelos entrevistados na concessão do crédito são ações de falsificação de documentos, recebimento de propinas e persuasão para a aquisição de produtos do banco, em troca da concessão do crédito. As facilidades de ocorrerem problemas na documentação e no cadastro necessário à liberação do crédito advêm da ausência de controles mais austeros que assegurem a idoneidade do tomador do recurso. A prática de benesses para o agente que autoriza o crédito aparece, também, entre as ações mais recorrentes: Outra prática corrupta frequente no ambiente do banco pesquisado são os atos de persuasão da gerência, que exige do tomador de crédito a aquisição de produtos do banco em contrapartida da liberação do recurso financeiro

A TAB. 2 apresenta a frequência das práticas corruptas mais recorrentes na opinião dos entrevistados.

Tabela 2 - Frequência dos Núcleos de Sentido do Subtema “Práticas de maior recorrência”

NÚCLEOS DE SENTIDO	FREQUÊNCIA	% SUBTEMA
Documentos falsos	5	27,85%
Excesso de relacionamento com o cliente	2	11,1%
Negociação de produtos “por fora”	2	11,1%
Informações inconsistentes no envio da consulta de crédito	1	5,55%
Negligência do gerente	1	5,55%
Favorecimento	1	5,55%
Omissão de indicadores	1	5,55%
Presentes de clientes	1	5,55%
Recebimento de recursos por fora	1	5,55%
Suborno	1	5,55%
Vantagens pessoais	1	5,55%
Venda casada	1	5,55%
TOTAL:	18	100%

Fonte: Empresa bancária pesquisada.

“Documentos falsos”, com 27,76% das citações, é a prática corrupta mais recorrente em operações de crédito apontadas pelos entrevistados. Na sequência, com duas indicações, aparecem “excesso de relacionamento com o cliente” e “negociação de produtos “por fora””.

#### 4.3. Mecanismos de controle

O subtema identificado “controles realizados por meio de TI” talvez seja o principal dispositivo na gestão e combate de práticas corruptas. Referem-se à utilização de meios computacionais para consulta de informações sobre os proponentes ao crédito bancário, sistemas específicos para a contenção de fraudes no ambiente interno e na internet e outros meios de controle. Os sistemas de tecnologia de informação são utilizados para consultas, dispositivos de segurança para evitar desvios de recursos e alertas de possíveis tentativas de fraudes. As instituições financeiras, em geral, dispõem de algumas ferramentas que possibilitam o monitoramento e controle de dados no processo do crédito bancário como: BRSAFE, SCR, SERASA, SPC, SCPC, SCI CADIN e outros.

#### 4.4. Medidas que reduzem os riscos de corrupção em operações de crédito

As medidas que reduzem os riscos de corrupção em operações de crédito podem ser segmentadas em processos específicos de mitigação da prática corrupta, sistemas que utilizam ações que visam valorizar, sensibilizar e capacitar o funcionário no combate a corrupção e dispositivos de interação com outras instituições para a consulta de informações.

Alguns dos extratos orais identificados nas entrevistas fazem menção a procedimentos internos tradicionais na concessão do crédito que envolvem cadastros, trâmite da decisão na alçada e no comitê e estratégias de controle por meio de cruzamento de dados do sistema e informados pelos clientes. O que se percebe nas transcrições acima é a notória credibilidade do comitê de crédito, já identificada nas vantagens da decisão colegiada nas concessões de crédito. A busca por informações que de fato comprovem a idoneidade do tomador de crédito se estende para além da investigação do pretendente, envolvendo também dados de sua empresa e demais acionistas. As medidas não se limitam aos processos de controle e consultas a instituições de suporte as informações dos tomadores de crédito. O trabalho de conscientização dos agentes internos talvez sejam o maior desafio das instituições de crédito em função da potencialidade que estes atores podem representar em ações de desvios de recursos financeiros.

Na TAB. 3 a seguir, são apresentadas as frequências das respostas coletadas sobre as medidas destinadas a reduzir os riscos de corrupção na concessão de crédito.

Tabela 3 - Frequência dos Núcleos de Sentido do Subtema “Medidas que reduzem os riscos de corrupção em operações de crédito”

NÚCLEOS DE SENTIDO	FREQUÊNCIA	% SUBTEMA
Treinamentos	3	15%
Melhora das análises das operações de crédito	2	10%
Melhora dos sistemas internos de cadastro	2	10%
Ética nas análises das operações	2	10%
Maior fiscalização	1	5%
Melhor remuneração	1	5%
Melhora da conduta ética	1	5%
Apoio aos comitês de crédito	1	5%
Diminuição da alçada de concessão de crédito do gerente	1	5%
Melhores práticas de concessão de crédito	1	5%
Orientação dos gestores	1	5%
Punições a funcionários envolvidos em práticas corruptas	1	5%
Seguir o código de ética da organização	1	5%
Submissão propostas de crédito ao departamento responsável	1	5%
Ação macro de interligações das instituições financeiras	1	5%
Total:	20	100%

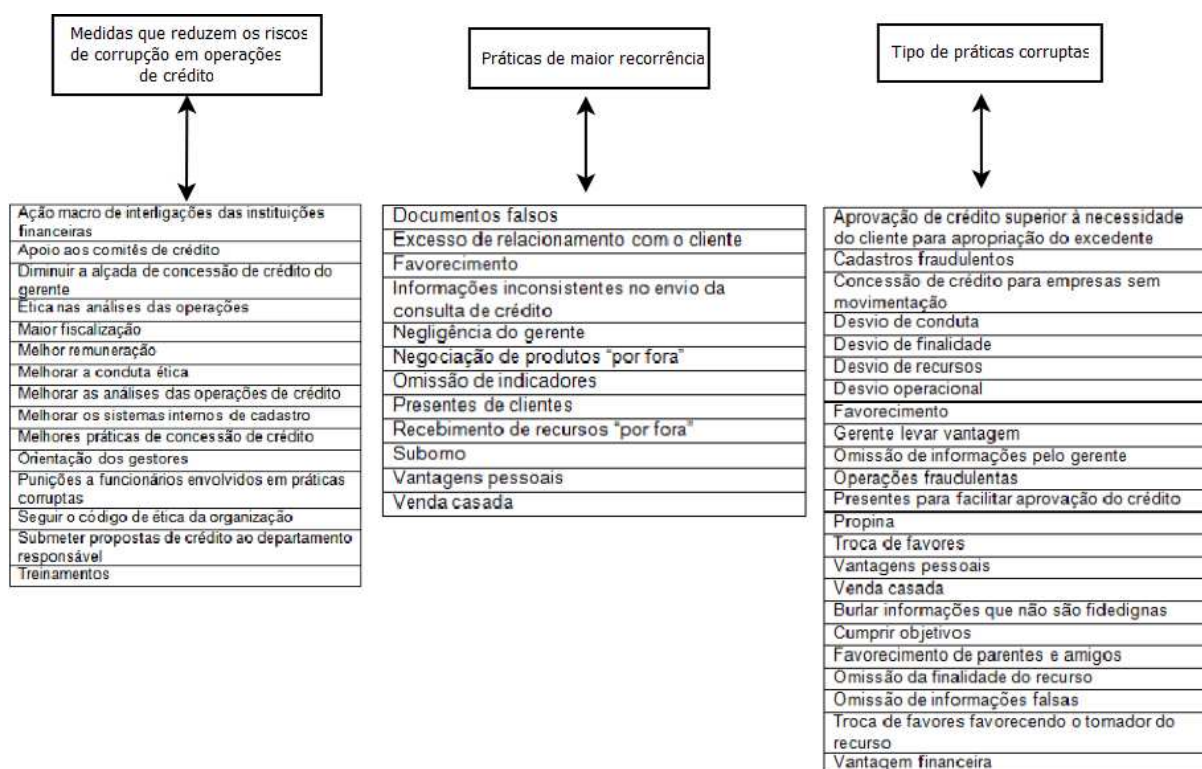
Fonte: Empresa bancária pesquisada.

Das respostas relacionadas às medidas de redução do risco da corrupção em operações de crédito, 15% apontaram para o treinamento como principal ação que a instituição utiliza; 10% consideraram a ética nas análises das operações; 10% consideraram a melhoria das análises das operações de crédito e 10% entenderam que a melhoria dos sistemas internos de cadastro seria a principal medida que pode reduzir os riscos de corrupção em operações de crédito.

#### 4.5. Base de dados de ocorrências de práticas corruptas e medidas de redução de risco

Bancos de dados com as ocorrências de desvios de função que caracterizam as práticas corruptas no processo de concessão do crédito bancário e medidas que reduzem riscos podem vir a amparar decisões de aprimoramento de controles. Para facilitar a modelagem de dados, os mesmos podem ser segmentados pelo tipo de prática corrupta possível de ocorrer, práticas de maior recorrência e as medidas que reduzem os riscos de corrupção em operações de crédito, conforme Figura 2, a seguir.

Figura 2. Base de dados de ocorrências de práticas corruptas e medidas de redução de risco



Fonte: Elaborado pelos autores.

#### 5. Conclusão

O objetivo deste trabalho foi evidenciar as práticas corruptas e mecanismos de controle da corrupção no processo de análise e concessão de crédito bancário e propor a estruturação de dados necessários para um sistema de apoio a decisão gerencial. Por meio das entrevistas, foi possível identificar as principais causas da corrupção em operações de crédito e os mecanismos de controle utilizados para mitigá-los. Os *insights* que se seguem buscam associar as ações corruptas com as respectivas bases de dados que podem ser usadas na estruturação de sistemas de apoio à decisão.

Nos processos que envolvem o atendimento destas demandas de crédito, as práticas corruptas mais recorrentes são ações de falsificação de documentos, recebimento de propinas e persuasão para a aquisição de produtos do banco, em troca da concessão do crédito. Destacam-se, entre os registros mais recorrentes em relação a documentos falsos apresentados: a manipulação de balanços, cadastros fraudados e bens patrimoniais irreais que, em geral, são dados em garantia nas operações de crédito.



A pesquisa contribui, empiricamente, em duas direções para o gerenciamento do crédito em instituições financeiras. Gerencialmente, ao desvendar as práticas corruptas que devem ser combatidas no processo de concessão do crédito e aqueles meios de controle que podem ser usados e, em termos dos sistemas de tecnologia da informação, a contribuição da pesquisa está relacionada com os possíveis programas que podem ser desenvolvidos em cada etapa do processo.

Para futuros estudos sugere-se investigações em outros setores, buscando alinhar por exemplo, tipos de práticas corruptas e meios de controle no setor da construção civil, a celeiro de muitas transações decorrentes de desvios de recursos.

## 6. Referencias bibliográficas

COSTA, Y. R. S.(2011). *Mecanismos de prevenção e combate à corrupção em bancos: um estudo sobre a perspectiva de gerentes e funcionários de instituições financeiras*. 112 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade de Ciências Empresarias, Universidade Fumec, Belo Horizonte, MG, Brasil.

DELLOITTE. Metodologia de auditoria contínua de crédito. São Paulo: IBCB, 2006. 108p.

FREITAS, H. M. R., CUNHA JR., M. V. M.; MOSCAROLA, J.. Aplicação de sistemas de software para auxílio na análise de conteúdo (Notas & Comunicações). *Revista de Administração da USP*, São Paulo, n. 32, v. 3, p. 97-109, jul./set. 1997.

FREITAS, Newton. Teoria geral do crédito bancário. Disponível em: <<http://www.newton.freitas.nom.br/artigos.asp?cod=203>>. Acesso em: 9 abr. 2014.

GAMBETTA, D. Corruption: An Analytical Map. In: KOTKIN, Stephen; SAJO, Andras. *Political Corruption in Transition: A Skeptical Handbook*. Budapest: Central Europe University, 2002. p.33-56.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1989.

LUSTOSA, I. Caricatura. In: AVRITZER, Leonardo et al. (Org.). *Corrupção: ensaios e críticas*. Belo Horizonte: UFMG, 2008. p. 271-279.

MANZI, V. A. *Compliance no Brasil: consolidação e perspectivas*. São Paulo: Saint Paul, 2008.

MARTINS, J. A. *Corrupção*. São Paulo: Globo, 2008.

MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 2000.

MORAIS, E. J. (2005). *Controles internos e estrutura de decisão organizacional: o caso da Contadoria do Banco do Brasil*. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

NETO, S. L. R. (2000). *Um modelo conceitual de sistema de apoio à decisão espacial para a gestão de desastres por inundações*. Dissertação (Doutorado em Transportes) - Departamento de transportes, Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, São Paulo.

PARDINI, D. J. *et al.* *Práticas de corrupção e mecanismos de controle e prevenção em bancos brasileiros: um estudo sob a perspectiva de gerentes e funcionários.* XXXV Encontro da ANPAD, Rio de Janeiro, 2011.

PEROTTONI (R.), OLIVEIRA (M.), LUCIANO (E.M.) e FREITAS (H.). *Sistemas de informações: um estudo comparativo das características tradicionais às atuais.* 2001. Porto Alegre/RS. Disponível em [http://www.ufrgs.br/gianti/files/artigos/2001/2001\\_102\\_ReAd.pdf](http://www.ufrgs.br/gianti/files/artigos/2001/2001_102_ReAd.pdf). Acesso em 05-05-2015.

PIROLO, J. *Uma proposta para criação de uma estrutura para cobrança de dívidas em instituições bancárias e comerciais.* 2003. 122 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, UFSC, Florianópolis, 2003.

RAMINA, L. L. O. *Ação internacional contra a corrupção.* Curitiba: Juruá, 2002.

SCHRICKEL, W. K.. *Análise de crédito: concessão e gerência de empréstimos.* 5. ed. São Paulo: Atlas, 2000.